

EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

Aline Ferreira Antunes
(Organizadora)



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Instituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido

Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília

Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina

Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília

Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina

Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra

Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras

Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria

Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia

Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco

Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas

Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande

Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará

Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá

Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados

Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino

Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora

Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa

Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto

Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás

Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná

Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás

Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia

Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobbon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alessandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFGA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis

Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Giovanna Sandrini de Azevedo
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Aline Ferreira Antunes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E64 Epistemologia e metodologia da pesquisa interdisciplinar em ciências humanas 3 / Organizadora Aline Ferreira Antunes. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-853-3

DOI 10.22533/at.ed.533210803

1. Epistemologia. 2. Ciências Humanas. I. Antunes, Aline Ferreira (Organizadora). II. Título.

CDD 121

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa.

APRESENTAÇÃO

A obra apresenta pesquisas em andamento e concluídas em diversas regiões do Brasil, como Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco, Roraima, Amazonas e São Paulo, além de uma pesquisa em Córdoba, trazendo amplas discussões sobre os mais diversos temas: educação, geografia agrária, gênero, saúde, higiene, moda, direito e religião.

O segundo volume traz pesquisas principalmente nas áreas de educação, gênero e religião. Do capítulo 1 ao 7 temos textos que discutem a educação brasileira em diversos aspectos: a alfabetização não escolar (Capítulo 1), o papel do coordenador pedagógico na educação infantil (Capítulo 2), as políticas de expansões das Instituições de Ensino Superior (IFEs) no capítulo 3.

Os capítulos 7 e 8 fazem a ligação deste tema com pesquisas dedicadas à temática gênero, trazendo discussões sobre uma educação voltada à sexualidade e de uma educação inclusiva a partir da problematização do conceito de gênero.

O capítulo 9 é dedicado ao estudo da presença feminina nas Forças Armadas. Temos também um capítulo dedicado à abordagem da construção da identidade profissional de gestoras (capítulo 10), a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais inviabilizadas na medicina (Capítulo 11). O capítulo 12 por sua vez traça uma historicidade da homossexualidade desde a pré-história problematizando as interpretações a respeito do termo.

Do capítulo 13 em diante temos discussões mais próximas da religião com pesquisas que problematizam o gênero e a religião como marcadores históricos (Capítulo 13), o aconselhamento pré-nupcial (Capítulo 14), a iconoclastia da religião ocidental a partir de Gilbert Durant (Capítulo 15) e a educação cristã segundo a *Divini Illius Magistri* (Capítulo 16).

O volume II da obra “Epistemologia e Metodologia da Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas 2” conclui com um capítulo de autoria de Ana Paula Dias e Isamara Freire a respeito da modelagem contemporânea e as técnicas de tricô a partir de lã reciclada e fios 100% de lã voltadas ao vestuário feminino.

O terceiro volume é dedicado a temas mais diversificados, trazendo pesquisas nas áreas de ciências agrárias e geografia, história (patrimônio, urbano) e saúde (corpolatria, enfermagem, medicina).

O primeiro capítulo dedica-se a explorar as políticas públicas na agricultura camponesa, já o segundo trata da recamponização no Vale do Jauri. Também encontramos um capítulo dedicado à explorar o cultivo monocultural (plantio de uma só cultura) transgênica, fundamentado nas discussões de Capra e Morin.

O capítulo 4 por sua vez, de autoria de Rogério da Silveira, aborda novos métodos de pensar a gestão metropolitana. Em seguida temos uma discussão sobre interdisciplinaridade no campo da economia política a partir da epistemologia da palavra.

O capítulo 6 demonstra o compromisso da Atena Editora em estabelecer relações internacionais, um texto em língua estrangeira (espanhol) dedicado à exploração da fronteira interétnica no sul de Córdoba, dos autores argentinos Ernesto Olmedo e Marcela Tamagnini.

O capítulo 7, Tensões entre governo e terceiro setor no Brasil - uma análise do discurso midiático aborda as políticas públicas que envolvem o 3º setor.

O oitavo capítulo do livro dedica-se ao estudo da integração da América do Sul e o meio ambiente na região amazônica por meio de um método qualitativo bibliográfico-documental para analisar as construções das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau no Rio Madeira, em Roraima.

Os capítulos 9 a 11 abordam discussões sobre a preservação do espaço urbano, um versa sobre o edifício Caiçara em Recife, outro trata dos jardins românticos do início do século passado na cidade de Vitória, especificamente o parque Moscoso e a praça João Clímaco e o último retrata a paisagem urbana nas construções do entorno da Escola Técnica de São Paulo.

O capítulo 12 e 13 tratam de pesquisas desenvolvidas no Rio de Janeiro, porém com recortes temporais e espaciais diferentes. Enquanto um trata de uma pesquisa sobre as tradições medicinais da comunidade quilombola de Cruzeiroinho (Rio de Janeiro), outra trata da higiene pública na cidade de Rio de Janeiro à época do Império, por meio de uma pesquisa histórico documental.

Os capítulos seguinte investigam questões relacionadas à saúde. Em “Os riscos ergonômicos no cotidiano das equipes de enfermagem” e “Resistência emocional e empoderamento no salvar vidas: experiências de um enfermeiro emergencista no SAMU”, podemos ler pesquisas que problematizam e relatam a importância da enfermagem, capítulos altamente atrelados ao atual momento de enfrentamento à pandemia causada pelo COVID-19.

O penúltimo capítulo da obra trata dos padrões de beleza reforçados pelas mídias digitais com foco nos conceitos de Corpolatria e refletindo sobre as Histórias em Quadrinhos (HQs) da Turma da Mônica e as representações do corpo nesta mídia específica.

O último capítulo da obra trata da surdez unilateral trazendo embasamentos jurídicos sobre o assunto.

Aline Ferreira Antunes

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A GEOGRAFIA AGRÁRIA E O DEBATE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA CAMPONESA

Elton Oliveira da Silva

Aníbal Simões Filho

DOI 10.22533/at.ed.5332108031

CAPÍTULO 2..... 13

RECAMPONEIZAÇÃO DO VALE DO JAURI: ESTRATÉGIAS GERACIONAIS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CAMPONESA

Adelma Ferreira de Souza

Eonilson Antonio de Lima

DOI 10.22533/at.ed.5332108032

CAPÍTULO 3..... 39

DEMANDAS SOCIAIS: O CULTIVO MONOCULTURAL TRANSGÊNICO E A CIÊNCIA DO LUCRO

Maria Paula da Rosa Ferreira

Rosane Beatris Mariano da Rocha Barcellos Terra

DOI 10.22533/at.ed.5332108033

CAPÍTULO 4..... 43

SUBJETIVIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR A GESTÃO METROPOLITANA!

Rogério Zanon da Silveira

DOI 10.22533/at.ed.5332108034

CAPÍTULO 5..... 54

INTERDISCIPLINARIDADE EM CIÊNCIAS HUMANAS E DELIMITAÇÃO DO CAMPO DA ECONOMIA POLÍTICA: CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS

Luccas Bernacchio Gissoni

DOI 10.22533/at.ed.5332108035

CAPÍTULO 6..... 63

LA FRONTERA INTERÉTNICA EN EL SUR DE CÓRDOBA HACIA FINES DEL SIGLO XVIII: FORTIFICACIONES Y FUERZAS DEFENSIVAS

Ernesto Olmedo

Marcela Tamagnini

DOI 10.22533/at.ed.5332108036

CAPÍTULO 7..... 76

TENSÕES ENTRE GOVERNO E TERCEIRO SETOR NO BRASIL - UMA ANÁLISE DO DISCURSO MIDIÁTICO

Sandro Reis Rocha Barros

Alessandra Rocha Melo

Eliana Crispim França Luquetti

DOI 10.22533/at.ed.5332108037

CAPÍTULO 8..... 98

O PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA DO SUL E O MEIO AMBIENTE NA REGIÃO AMAZÔNICA: A IIRSA-INICIATIVA PARA A INTEGRAÇÃO DA INFRAESTRUTURA REGIONAL SUL-AMERICANA

Felipe Sanches Barbosa

DOI 10.22533/at.ed.5332108038

CAPÍTULO 9..... 116

COMBATEU O BOM COMBATE, ACABOU A CARREIRA E GUARDOU A FÉ: REFLEXÕES SOBRE O EDIFÍCIO CAIÇARA

Maria de Lourdes Carneiro da Cunha Nóbrega

José Nilson de Andrade Pereira

DOI 10.22533/at.ed.5332108039

CAPÍTULO 10..... 129

O PARQUE MOSCOSO E A PRAÇA JOÃO CLÍMACO EM VITÓRIA – ES: JARDINS ROMÂNTICOS DO INICIO DO SÉCULO XX

Nelson Pôrto Ribeiro

DOI 10.22533/at.ed.53321080310

CAPÍTULO 11 141

PAISAGEM URBANA DAS CONSTRUÇÕES NO ENTORNO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL DE SÃO PAULO: UMA ANÁLISE DIALÓGICA

Rosio Fernandez Baca Salcedo

Caroline Daiane Alves

DOI 10.22533/at.ed.53321080311

CAPÍTULO 12..... 153

INSPIRAÇÕES PARA A QUÍMICA DE PRODUTOS NATURAIS NAS TRADIÇÕES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE CRUZEIRINHO-RJ, BRASIL

Vitoria do Carmo Frejoli

Juliana Baptista Simões

DOI 10.22533/at.ed.53321080312

CAPÍTULO 13..... 164

HIGIENE PÚBLICA E A INSPEÇÃO DA INSTRUÇÃO NA PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (1861-1873)

Vinicius Teixeira Santos

DOI 10.22533/at.ed.53321080313

CAPÍTULO 14..... 174

OS RISCOS ERGONÔMICOS NO COTIDIANO DAS EQUIPES DE ENFERMAGEM

Beatriz Botelho de Andrade

Leila de Fátima Santos

Lilian Machado Torres

DOI 10.22533/at.ed.53321080314

CAPÍTULO 15.....	186
RESISTÊNCIA EMOCIONAL E EMPODERAMENTO NO SALVAR VIDAS: EXPERIÊNCIAS DE UM ENFERMEIRO EMERGENCISTA NO SAMU	
Paula dos Santos Andrade Ferreira	
Leonardo de Jesus dos Santos	
Adernilson Queiroz Alves	
DOI 10.22533/at.ed.53321080315	
CAPÍTULO 16.....	195
A UTILIZAÇÃO DE HQS EM PESQUISAS ACADÊMICAS: UM ESTUDO SOBRE A CORPOLATRIA PRESENTE EM GIBIS DA TURMA DA MÔNICA	
Aline Ferreira Antunes	
Flávia Cristina Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.53321080316	
CAPÍTULO 17.....	209
A SURDEZ UNILATERAL E O MODELO SOCIAL DE INTERPRETAÇÃO DA DEFICIÊNCIA ANTE AO ARTIGO 37, VIII DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL: ANÁLISE CRÍTICA À LUZ DOS PRECEDENTES DAS CORTES SUPERIORES	
Lara Maria da Frota	
Carlos Eduardo Ferreira Aguiar	
Wellington Aguiar Ponte Filho	
Patrícia Alves de Sousa	
Betânea Moreira de Moraes	
DOI 10.22533/at.ed.53321080317	
SOBRE A ORGANIZADORA.....	218
ÍNDICE REMISSIVO.....	219

CAPÍTULO 10

O PARQUE MOSCOSO E A PRAÇA JOÃO CLÍMACO EM VITÓRIA – ES: JARDINS ROMÂNTICOS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Data de aceite: 01/03/2021

Data da submissão: 08.12.2020

Nelson Pôrto Ribeiro

Universidade Federal do Espírito Santo.
Departamento de Arquitetura e Urbanismo
Centro de Artes. Vitória – Espírito Santo
<http://lattes.cnpq.br/6721776523175881>

RESUMO: Pelo menos dois importantes jardins da cidade de Vitória construídos na passagem do século XIX para o XX incorporaram a arte dos mestres cascadeiros, eruditamente falando, a arte da *rocaille*, como era assim denominada em França a prática artesanal de fabricação de elementos de decoração ou de mobiliário de jardins românticos executados com argamassa armada e imitando pedras em cascatas ou mesmo galhos e troncos de árvore. A *rocaille* nos primórdios do jardim romântico se inseria dentro do contexto de uma obra de arte agenciada com a teoria do sublime, em que a grandiosidade da natureza é passível de provocar sensações estéticas. No final do século XIX, contudo, este recurso da paisagística romântica havia se transformado, dentro da inexorável lógica do senso comum pequeno burguês em mais um elemento descontextualizado, apropriado para fins meramente decorativos, e o que alguns autores denominariam como *kitsch*. É nesse último contexto que a paisagística dos cascadeiros vai se difundir nos jardins públicos das cidades de Província, que não tiveram

experiências de grandes parques, tal como o Campo de Santana ou o Parque da Boa Vista, ambos no Rio de Janeiro. Vitória, objeto de nosso estudo, apresenta na passagem do século XIX para o XX a implementação de um programa de laicização do território da cidade que através de intervenções urbanísticas profundas tais como demolições, aterros etc., pretende relegar o espaço sagrado do antigo burgo colonial a espaço secundário e mesmo fadado a desaparecer, ou, a tornar-se secundário e até mesmo irrelevante. A paisagística, no seu contexto operacional, estético e conceitual, é, em grande parte responsável por essas importantes mudanças.

PALAVRAS-CHAVE: Jardim romântico, *rocaille*, laicização da cidade.

THE MOSCOSO PARK AND THE JOÃO CLÍMACO SQUARE IN VITÓRIA - ES: ROMANTIC GARDENS OF THE XX CENTURY

ABSTRACT: At least two important gardens in the city of Vitória built at the turn of the 19th to the 20th century incorporated the art of the *cascadeiros* masters; the art of *rocaille*, as it was called in France the artisanal practice of manufacturing decorative elements or furniture for romantic gardens with reinforced mortar and imitating stones or even branches and tree trunks. In the late nineteenth century, this tactic of the romantic landscape had become - within the inexorable logic of *petty bourgeois* common sense in yet another decontextualized element - suitable for purely decorative purposes. It is in

this context that the landscape of *cascateiros* will spread in the public gardens of provincial cities. Vitória, object of this paper, presents in the passage from the 19th to the 20th century the implementation of a program of secularization of the city's territory that through deep urban interventions intends to relegate the sacred space of the old colonial village to a secondary space, and even destined to disappear. The practice of landscaping, in its operational, aesthetic and conceptual context, is largely responsible for these important changes.

PALAVRAS-CHAVE: Romantic garden, rocaille, secularization of the city.

1 | INTRODUÇÃO

É sabido que enquanto o homem do século XVIII frente ao conceito de natureza pensava em mundo ou cosmos, o homem do século XIX diante do mesmo significante pensava em paisagem (Stein apud Holanda, 1997, p.137): não por outro motivo enquanto o jardim barroco francês expressava uma concepção cosmogônica de um universo centrado no rei, o jardim inglês paisagístico do século seguinte se propunha a ser uma deliciosa composição de cenários pictóricos diversificados.

O sublime foi uma categoria estética clássica que se reatualiza ao longo do século XVIII europeu procurando distinguir-se da categoria do belo numa tentativa de provocar suas reações estéticas aguçando a sensibilidade artística, entre outras, através dos efeitos assustadores que aspectos extraordinários e grandiosos da natureza considerada enquanto um ambiente hostil e misterioso pode proporcionar: *‘como conceito estético, o sublime designa uma qualidade de extrema amplitude ou força, que transcende o belo. O sublime é ligado ao sentimento de inacessibilidade diante do incomensurável’* (Wikipedia, pt).

De certa forma o paisagismo romântico do século XIX ‘brincou’ com essa popularização do sublime enquanto categoria estética, inserindo elementos ‘naturais’ na jardinística que procuravam obter esse sentimento que só o *incomensurável* da natureza proporcionava.

Não tivemos no Brasil a magnitude das experiências que jardins como *Stowe* e *Kew* na Inglaterra ou *Ermenonville* na França proporcionaram com suas *rocailles*. Inicialmente, este termo parece ter significado uma pedreira ou superfície rugosa; Panzini define a *rocaille* “*como a manufatura rústica e ao mesmo tempo preciosa feita com a agregação de fragmentos de pedras porosas (...) conchas de moluscos (...) com que eram tratados nos jardins, as superfícies dos ambientes de grutas e ninfeus*” (Panzini, 2013, p.674). No renascimento e no barroco grutas artificiais foram construídas nos jardins palacianos – muitas com a função de ninfeu – e que recebiam tratamento de *rocaille* nas suas paredes irregulares. Alberti no seu tratado *De re aedificatoria* propugnava que todo jardim tivesse o seu *grotto*. Apenas o jardim romântico vai dar um novo sentido e propósito ao termo; a *rocaille* romântica vai explorar toda uma nova concepção da categoria do sublime.

Apenas a partir da segunda metade do século XIX, começamos a fazer as nossas tímidas experiências. O precursor em procurar esses efeitos no Brasil foi Auguste Glaziou, paisagista francês que atuou em especial na cidade do Rio de Janeiro – mas não apenas – e que no Campo de Santana teve o seu melhor desempenho de acordo com uma constatação já por nós enunciada em outro artigo:

“Um periódico da época publicou na data da inauguração a seguinte descrição: *Como obra d’arte tem esse jardim uma cascata monumental de soberbo efeito vista pelo exterior, e cheia de episódios inesperados para o visitante que se embrenhar nas grutas.* Aqui podemos observar que o pictórico no jardim romântico de Glaziou é almejado a partir de uma expressão da diversidade e do inesperado, assim como do sublime próprio à monumentalidade da natureza, e continua: *há diversas pontes, imitando troncos de árvores. Todo este trabalho é feito de cimento, e tanto no desenho como na cor, imita com muita verdade, o natural*” (Ribeiro, 2015a, p.294).

No final do século XIX, contudo, este recurso da paisagística romântica do século XVIII havia se transformado dentro da inevitável lógica do senso comum pequeno burguês em mais um elemento descontextualizado, apropriado para fins meramente decorativos, o que alguns autores denominariam *kitsch*, e passa a ser largamente utilizado, em especial em jardins particulares. Em França, por exemplo, toda uma arte da *rocaille* se desenvolveu com artesãos e oficinas que publicavam inclusive catálogos de peças semi-industrializadas para jardins de residências (Ribeiro, 2015b, s/p).

O monumental Castelo d’água do Campo de Marte em Paris, que o periódico capixaba **O Estado do Espírito Santo** em 1900 admirava, informando que no interior do mesmo “*domina o estilo rocaille (de pedrinhas) que, depois de estar muito tempo em decadência, voltou a ser moda nestes últimos 20 anos*” (EES, 02.12.1900, p.2), pode ter sido se não o modelo, pelo menos forte inspiração para os mestres cascadeiros que atuaram em Vitória à época, justamente quando foram comprovadamente introduzidas as primeiras experiências artísticas desta prática na capital da Província.

Em Vitória tivemos ao menos dois importantes jardins ou parques públicos que, construídos no início do século XX, se inscrevem não exatamente na tradição do Campo de Santana com suas *rocailles* sublimes, mas que, dentro de uma perspectiva provinciana, incorporam também essa técnica – na sua dimensão menos ambiciosa do mobiliário urbano - aos seus espaços públicos recém-criados: a Praça João Clímaco e o Parque Moscoso.

A reformulação destas áreas da cidade de Vitória inscreve-se no contexto daquilo a que, num outro artigo, chamamos de ‘Programa’ de laicização da ‘cidade sagrada’ do período colonial, e que acontece nas cidades brasileiras em geral a partir da segunda metade do século XIX, instituído em especial por engenheiros - mas não apenas, Programa esse que se expressou através de operações urbanísticas radicais tais como a “*demolição de importantes templos; a destruição de eixos simbólicos processionais (...); a retirada dos campos santos (cemitérios) do interior do centro e o remanejamento dos mesmos*

para a periferia; o alargamento do território da cidade através de aterros com a respectiva urbanização priorizando apenas espaços laicos e civis” (Ribeiro, 2016, s/p) como a construção de escolas públicas; residências populares; edificações administrativas; e, em especial, espaços públicos de lazer, como praças e parques, os primeiros a serem implementados nas cidades brasileiras através de projetos urbanísticos.

2 | PRAÇA JOÃO CLÍMACO

Faz parte deste processo de laicização da cidade na América portuguesa a transformação de antigos largos coloniais - a rigor um espaço não projetado e apropriado pela população informalmente através de feiras ou da ereção de oratórios e passos - substituindo-os por praças regulares, ajardinadas, projetadas com equipamentos como coretos, bancos, fontes, passeios, canteiros, enfim, procurando um propósito novo que é o do espaço público e civil de lazer, próprio da cidade do século XIX.

A denominação enquanto Largo João Clímaco pode ser atestada pelo menos desde 1890 (EES, 06.02.1890, p.1), contudo, a Praça de que estamos falando parece ter agregado - através das reformas do início do século XX - o espaço de três antigos largos da cidade colonial: as *'praças de Palácio, Municipalidade e Largo da Misericórdia'*, como eram denominadas até então (ES, [1874], p.29) este conglomerado de espaço livre existente na cidade alta entre o antigo prédio dos jesuítas (atual palácio de governo) e a igreja da Misericórdia e usado, até então, como parte de importante percurso processional para as festas religiosas da cidade.

Acreditamos que as reformas para se obter a praça na sua configuração atual foram feitas a partir da regularização e da unificação dos antigos largos, o que envolveu a construção em 1908 de um muro de arrimo nivelando a região (cf. Bellini, 2014, p.169) que até então era composta de um espaço aberto contíguo, mas descontínuo, porque fragmentado em níveis distintos intercalados com ladeiras.

Estas intervenções fizeram-se no contexto de um Programa de laicização da cidade de Vitória por parte de seus administradores e que começou desde 1890 no Largo da Conceição da Prainha na parte baixa do antigo reduto colonial, teve continuidade na região nova da Villa Moscoso a partir também de 1890, finalizando no presente caso da cidade alta, na sua parte mais antiga e mais 'sagrada' já que se tratava do sítio de ocupação inicial, processo provavelmente mais traumático e motivo talvez pelo qual tenha sido iniciado por último, e que envolveram, num curto lapso de tempo de dez anos, a remodelação dos já citados antigos largos coloniais (1908); a demolição da igreja da Misericórdia para posterior construção no local da Assembleia Legislativa do Estado (1911); a demolição da antiga igreja dos jesuítas e a incorporação do espaço do templo ao espaço laico do palácio governamental vizinho (1912); e, por fim, a demolição da vetusta Matriz colonial (1918) para posterior construção de uma Catedral no contexto de uma cidade moderna, onde os

limites entre o espaço sagrado e o laico passam a estar muito bem definidos e o segundo a predominar largamente sobre o primeiro (Ribeiro, 2016, s/p).

Essa erradicação de um ‘mundo sagrado’ que predominava na sociedade colonial e a consequente substituição por um ‘mundo laico’ - padrão implementado pela tecnocracia formada pelas politécnicas europeias, e a partir de 1874, brasileiras - não se faz sem uma barganha com a sociedade local. Os lugares religiosos são destruídos impiedosamente, existe resistência, vozes conservadoras elevam-se, mas o poder público através dos engenheiros paulatinamente abate toda e qualquer oposição, a troca é feita com a oferta de locais lúdicos e de lazer para a população em geral da cidade: parques, praças e passeios; cinemas e teatros. Um convite à modernização no que isso tem de mais sedutor.

Não sabemos o autor do Projeto da nova Praça João Clímaco em 1908. Bellini menciona um “*jardim, constituído por canteiros orgânicos dispostos de maneira simétrica*” (2014, p.169) mas não cita a autoria do projeto, os periódicos da época também não. A atribuição da autoria, contudo, à Paulo Rodrigues Teixeira da Motta - capixaba que atuou na cidade de Vitória no período de 1910 a 1937 como um ‘conhecido construtor’, paisagista e empresário do ramo cultural – não é despropositada, em especial porque no início da década de 10 seria o único profissional na cidade trabalhando no campo do paisagismo e nas atividades correlatas sendo o ‘fornecedor de plantas e de adubo’ para a Prefeitura municipal, assim como seria muito pouco provável que o Estado o contratasse em 1912 para uma obra importante como o Parque Moscoso, se Motta já não apresentasse no currículo uma obra bem sucedida de caráter similar, ainda que em escala menor;

O *Diário da Manhã* (periódico que funcionava entre outras coisas como Diário Oficial do Município e do Estado) de 08.05.1908 menciona o decreto estadual de desapropriação de casas no local, que, supomos, seja para a ampliação da praça. O mesmo periódico em 01.07 do mesmo ano já fala de um curso (passeio das senhoras elegantes) que vinha sendo instituído no local recentemente remodelado, em prática similar ao já existente na capital da república na também remodelada Praia de Botafogo, e que, guardada as devidas proporções, era local tão apazível e banhado pela brisa marítima quanto o famoso passeio carioca.



Fig. 01. Anônimo. (Praça João Clímaco e a fonte iluminada – na extremidade direita, entre as folhagens, vê-se parte do corrimão da escada de acesso ao coreto, executada em *rocaille*. s/d) (Arquivo BC-CAR-UFES).

A Praça foi o primeiro espaço público da cidade a receber iluminação elétrica (DM, 23.05.1909. p.2), assim como uma fonte iluminada (DM, 26.09.1909. p.2). No meio do jardim havia um coreto onde a banda de música do Corpo de Polícia costumava tocar (DM, 17.03.1909. p.3), coreto este, que as fotografias demonstram, incorporava *rocailles* na sua balaustrada e na escada de acesso que imitavam troncos de *madeira rustica*.

Além do coreto e dos canteiros, havia do outro lado da praça outro muro de arrimo que foi remodelado à mesma época e que “recebeu escadaria com gradil metálico, acomodada sobre uma gruta ao sabor romântico” (Bellini, 2014, p.177). Esta gruta foi executada também incorporando a técnica da *rocaille* ou da ‘pedrinha’, em uma popular referência à origem da prática, que vinha dos *grottos* dos jardins da Antiguidade latina.

O Programa do jardim era sensivelmente menos complexo do que o do Parque Moscoso, contudo, pela sua data anterior, parece ter sido o ‘laboratório experimental’ das *rocailles* paisagísticas de Vitória.

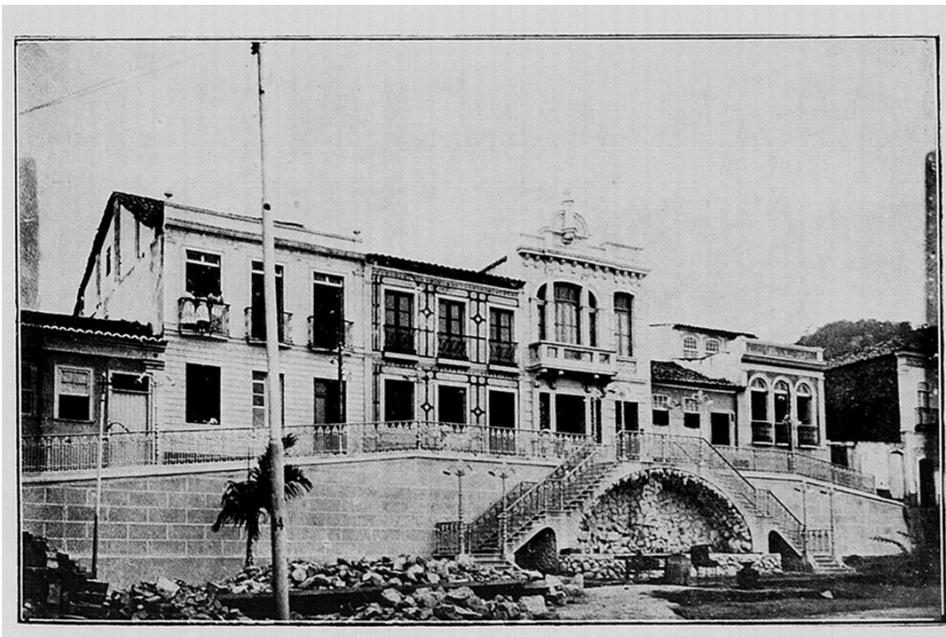


Fig. 02. Anônimo. “Muro da Praça João Clímaco, ao lado do Palácio do Governo. Victoria, 1912” onde se vê a gruta em ‘pedrinhas’ ou *rocaille* (EES. 1913).

3 | PARQUE MOSCOSO

Embora o Parque Moscoso situe-se naquela região denominada Villa Moscoso que desde 1890 já vinha sofrendo intervenções urbanísticas significativas, apenas em 1911 o parque propriamente vai ser construído, o que nos faz supor que as experiências precursoras em Vitória com a técnica da *rocaille* executadas na Praça João Clímaco tenham servido de laboratório para os artesãos da cidade.

A construção do Parque integra-se no contexto da expansão da antiga cidade colonial sobre áreas anexas alagadas ou pantanosas. A região do Campinho, como até então era designada, foi um extenso baixio numa das laterais da cidade, que como todas as regiões baixas da capital capixaba eram tomadas então por manguezais. Área utilizada provavelmente como um Rocio, era o limite da cidade colonial. Apenas na administração Rubim (1812-1819) a área passou a se integrar à urbe com a construção em uma colina existente de um novo prédio para a Santa Casa de Misericórdia (Daemon, 1879, s/p) que até então era localizada na cidade alta, junto à igreja de mesmo nome.

Ao longo de todo o século XIX as distintas administrações falaram em aterrar a região por necessidades higienistas. Apenas em 1890, contudo, a administração pública efetiva um contrato com o Engenheiro Leopoldo Deocleciano de Mello Cunha, no qual, entre outras coisas, cedia à contratada as terras do Campinho para serem urbanizadas e

posteriormente vendidas de forma a que a Companhia pudesse se indenizar dos gastos com aterro, drenagens etc. (ES, 1912, p.4).

“A construção do Quartel é finalizada em 1896. Em 1910 ainda se complementavam aterros, drenagens e construções de casas. Em 1912 é inaugurado o parque Moscoso, enorme jardim público de características paisagísticas, projetado por Paulo Motta. Mas a cereja do bolo no processo de laicização da região é sem dúvida a demolição da antiga Casa de Misericórdia para a construção de um moderno hospital no mesmo local, a partir de 1910” (Ribeiro, 2016, s/p).

O Projeto do Parque Moscoso, contratado ao já mencionado Paulo Motta, era o de um enorme parque retangular com cerca de 24.000 m² dividido em 4 partes desiguais por duas grandes alamedas retilíneas e que se cruzavam em ângulo, e que tinha todas as suas aleias internas em formas orgânicas (Bellini, 2014, p.248). O parque contava ainda com coreto, fonte, orquidário, lago, ilhas e ruínas, assim como com animais aquáticos em bronze (no espelho de água do lago) e repuxos alimentados à energia elétrica.

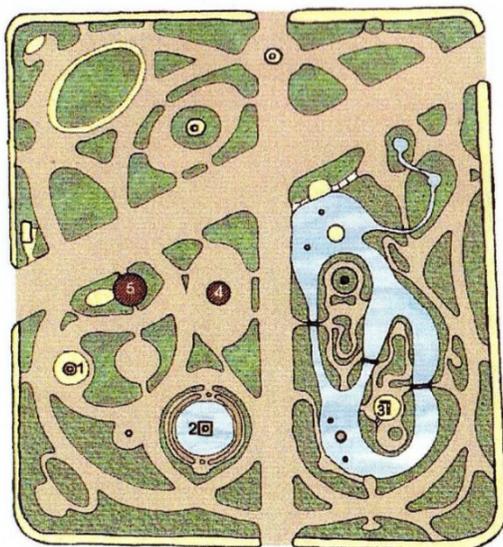


Fig. 03. Parque Moscoso. Projeto de Paulo Motta (1911). 1. Fonte dos Cavalos; 2. Fonte; 3. Ruína; 4. Coreto; 5. Orquidário (in: Bellini. p.248).

Já o primeiro contrato de 16.02.1911 - que dizia respeito à execução do parque de acordo com o projeto apresentado por Paulo Motta - propugnava que em igualdade de condições o contratado teria a preferência “*para a construção de todas as obras de arte de seu projeto*” (DM, 08.03.1911. p. 1). O segundo contrato, datado de quatro meses depois, já especifica a responsabilidade de Motta na construção de “*três pontes, em*

cimento armado, diferentes e com a forma de madeira tosca que liguem as ilhas do jardim” assim como na construção, em uma das ilhas de “*um pavilhão em ruínas com escadaria e balaustrada*” (DM, 19.07.1911. p. 1). Também este mesmo contrato responsabiliza Motta por “*dezenove figuras de ornamentação*” a serem inseridas no interior das ilhas. Enfim, se é crível aceitarmos que Motta tenha sido o responsável direto pela concepção dos ornatos em argamassa armada – pontes e ruínas – e não necessariamente pela sua execução que pode ter ficado sob a responsabilidade de um mestre cascadeiro proveniente do Rio de Janeiro, onde Motta tinha os seus contatos, para as figuras de ornamentação em bronze sabemos por documentação que foram obtidas em Hamburgo (Cf. Bellini, 2014, p.251).



Fig. 04. Anônimo. Parque Moscoso. Ponte em *rocaille* . s/d. (Acervo particular)

O Programa do Parque, expresso no Projeto de Motta, era variado e bem mais complexo do que qualquer outra coisa que havia sido construído em Vitória até aquela época como parque ou praça pública, e, muito provavelmente sofreu influência do Projeto do Campo de Santana de Glaziou, no Rio de Janeiro, não tanto pelo traçado – pois o Projeto de Glaziou não tinha aleias retilíneas – mas sobretudo pelo espírito de jardim paisagístico romântico; ruínas clássicas em ilhas sobre lagos artificiais, pontes de madeira rústica e rochedos fabricados artesanalmente em ‘cimento armado’: o uso da técnica de *rocaille* como fator unificador na estética romântica tardia, uma técnica particularmente desbravadora na medida em que o uso de cimento armado implicava a época na importação do cimento Portland já que este material ainda não era fabricado no Brasil, embora a indústria nacional tenha feito algumas experiências precursoras da fabricação deste material, sendo particularmente uma delas no sul do Espírito Santo, em Cachoeira

de Itapemirim onde, de forma precária o Governo do Estado estabeleceu uma fábrica que foi ativa entre os anos de 1912 e 1924 (Wikipedia, pt).

Contudo, um elemento fundamental dos propósitos do novo parque, e com certeza diretriz importante do Programa de laicização da cidade que vimos discutindo, o de se tornar o primeiro local das diversões públicas da cidade, não estava explícito no Projeto mas pode ser verificado no já mencionado contrato de fevereiro de 1911 que em sua cláusula quinta determina que: *‘Em igualdade de condições, o primeiro contratante (o Estado) concederá ao segundo (Paulo Motta) o direito de preferência para estabelecer no parque botequins, cinematógrafos, embarcações, balanços e outros divertimentos públicos’*, condição essa que o empresário não vai hesitar em utilizar, pois assim que o parque é inaugurado no ano seguinte, já demanda autorização para a construção de um *‘botequim e diversões’* (DM. 13.11.1912. p.2) assim como temos a informação de que em 1917 explorava um rinque de patinação no local (DM, 04.09.1917. p.2).

Um outro aspecto que não deve ser esquecido é o das festas públicas: na cidade colonial estas tinham lugar nos espaços do cotidiano, em geral em ruas que conectavam importantes templos da cidade e que acabavam se constituindo em eixos processionais por onde se desenvolviam não apenas procissões religiosas mas também Entradas ou recepções civis à figuras de destaque da sociedade. Em Vitória o principal eixo processional era o que conectava o portinho dos Padres à Igreja de São Tiago (depois Palácio do Governo) e continuava até a Matriz (depois Catedral), na cidade alta, este eixo ainda estava em uso quando da visita do Imperador Pedro II em 1860, que o percorreu com todos os trâmites civis e religiosos envolvidos, tais como missa e Te Deum na Matriz (cf. Ribeiro, 2009, p.213). Mesmo em 1908 este eixo ainda estava sendo usado em festas civis, mas aparentemente depois desta data as festas de recepção aos chefes da nação vão ser deslocadas para o Parque Moscoso, onde era possível extravagâncias como a organização de uma *‘festa veneziana’* em seu lago e ilhas.

4 | CONCLUSÕES

A prática da *rocaille*, que surge como uma prática artística dos parques paisagísticos palacianos ingleses, e que da estética do sublime migra para a estética do kitsch pequeno burguesa, torna-se uma coqueluche na passagem do século XIX para o XX na sociedade brasileira fortemente influenciada pela cultura francesa. Não havia parque público ou jardim grandioso de casa burguesa que não integrasse na sua paisagística estes elementos, na maior parte das vezes executados por artesãos habilidosos, algumas poucas vezes incorporando elementos artesanais importados.

Vitória não ficou alheia a esse processo, o Parque Moscoso é o ápice de um processo artístico e político de transformação da capital capixaba. O fluxo de capital proveniente do café na passagem do século e que possibilitou a construção da Estrada de Ferro no Sul da

Província, a mesma que em 1905 vai conectar Vitória com o Rio de Janeiro, também vai possibilitar os recursos para as reformas urbanas que as capitais provinciais desejavam à semelhança das que aconteciam na mesma época na capital da República. Reformas essas, que, ao menos em Vitória, finalizavam neste momento um processo inexorável de destruição da cidade colonial com todos os seus aspectos simbólicos voltados para o sagrado, substituindo-a por uma cidade laica, iluminada (no sentido literal e figurado) e com espaços públicos desenvolvidos no sentido clássico, ou seja, espaços da cidadania e do lazer.

Embora não se possa atestar através de um documento específico a existência de um Programa de laicização para o espaço urbano de Vitória aplicado na transição do século XIX, é certo que através de um estudo mais minucioso do discurso dos técnicos que executaram essas intervenções é possível se detectar uma ideologia firmemente ancorada nos propósitos de modernizar não apenas os espaços, mas sobretudo de livrá-los dos entraves que os aspectos de uma sociedade ordenada para o sagrado imputava, discurso esse comum aos engenheiros e aos positivistas da época, em especial militares, duas importantes categorias profissionais que não apenas estavam relacionadas diretamente à projectação da cidade mas também à sua administração, já que assumiriam importantes cargos na governança política.

Essa vontade de reordenação da urbe passou por uma iniciativa de destruição deliberada dos seus símbolos sagrados - demolição de parcela expressiva de templos, mas não apenas, remoções de cemitérios etc. - e na substituição dos mesmos por símbolos laicos republicanos, e também pelo estabelecimento de espaços abertos e públicos. O discurso de 'modernizar' e proporcionar uma vida urbana de melhor qualidade, defendido em especial sob o ponto de vista da higiene e da saúde, embora lógico, não deveria ser suficiente para encobrir um discurso ideológico que tinha, recentemente através de um golpe de estado, substituído a monarquia e o seu principal esteio, a igreja católica, por uma República dirigida pelo exército.

AGRADECIMENTOS

É necessário uma referência às agências de fomento CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); e FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo) que ao longo da última década vêm apoiando incessantemente as minhas pesquisas.

REFERÊNCIAS

BELLINI, Anna Karine de Q. C. **Espaços públicos abertos e o usufruto da paisagem: 1860 -1916 – Vitória, ES.** Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFES. (Dissertação de mestrado). 2014.

DAEMON, Basílio de Carvalho. **Província do Espírito Santo: sua descoberta, história cronológica, sinopse e estatística**. Vitória: Tipografia do Espírito-santense. 1879.

DM. **Diário da Manhã**. Vitória (periódico, diversas datas).

EES. **O Estado do Espírito Santo**. Vitória (periódico, diversas datas).

ESPIRITO SANTO. **Falla dirigida a Assembleia Legislativa Provincial pelo Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, Dr. João Thomé da Silva (...) em 10 de setembro de 1873**. Victoria : Typographya do Espirito Santense, [1874]. p.29.

ESPIRITO SANTO. **Termo de Contrato que fazem o Governo do Estado do Espírito Santo e o engenheiro Justin Norbert (...) para a reforma da parte interna do palácio do governo e no edifício da antiga igreja de São Tiago (...)**. Vitória : Sociedade das Artes Gráficas. 1912.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo : Companhia das Letras, 1997.

PANZINI, Franco. **Projetar a natureza: arquitetura da paisagem e dos jardins desde as origens até a época contemporânea**. São Paulo : SENAC, 2013.

RIBEIRO, Nelson Pôrto. *A rocaille* no jardim romântico carioca: história, técnica e preservação In: Pessoa, A. FASOLATO, D. e ANDRADE, R. **Jardins históricos: a cultura, as práticas e os instrumentos de salvaguarda de espaços paisagísticos**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2015a.

____. A natureza reconstruída: o sublime nos jardins cariocas do século XIX In: **Anais do 3º Colóquio Ibero-americano paisagem cultural, patrimônio e projeto - desafios e perspectivas**. Belo Horizonte, 2015b.

____. O papel da engenharia civil na modernização da cidade brasileira na segunda metade do século XIX: o caso de Vitória – Espírito Santo In: **Anais do 2º Congresso de História da Construção Luso-brasileira**. Porto. 2016.

____. Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX in: RIBEIRO, N.P & SOUZA, L. P. (org.) **Urbanismo colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa**. Rio de Janeiro : POD Ed, 2009. pp. 200-223.

WIKIPEDIA. <http://wikipedia.pt>

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura Camponesa 1, 3, 4, 11

Análise de Discurso 76, 81, 82, 84, 95

Análise Dialógica 141, 142, 144

Atendimento Pré-Hospitalar 186, 187, 190

C

Ciência 1, 3, 8, 9, 10, 39, 41, 42, 54, 55, 56, 59, 60, 61, 62, 111, 123, 142, 153, 176

Comunicação 28, 29, 35, 76, 78, 83, 84, 96, 104, 106, 145, 206, 207, 208, 218

Comunidades Quilombolas 153, 154

D

Defensa 63, 64, 65, 67, 70, 71, 72, 73, 74

Delimitação de Campo 54

Diretoria da Instrução 164, 165, 166, 167, 171, 173

E

Economia Política 37, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62

Empoderamento 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193

Enfermagem 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 189, 192, 193

Enfermeiro 180, 181, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193

Engenharia Humana 174, 177

Escola Técnica 141, 142, 143, 145, 146, 148, 151

Estresse Emocional 186

Etnobotânica 153

F

Fortificación 63, 69

Frontera Militar 63, 64, 71, 72

G

Gestão Metropolitana 43, 45, 47, 49, 50, 51

H

Higiene Pública 164, 165, 167, 168, 170, 172

I

IIRSA 98, 99, 100, 101, 103, 104, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 115

Inspeção da Instrução 164, 165, 168, 170

Integração Sul-Americana 98, 101

J

Jardim Romântico 129, 130, 131, 140

L

Laicização da Cidade 129, 132, 138

Lucro 5, 39, 40, 41, 42, 90

M

Meio Ambiente 10, 39, 41, 57, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 111, 112, 114, 115, 144, 155, 202

Monocultura 6, 39

P

Paisagem Urbana 141, 142, 143, 144, 145, 146, 150, 151

Pensamento Burguês 54, 56

Pensamento Socialista 54, 56

Plantas Medicinais 153, 154, 155, 161, 162

Políticas no Campo 1

Políticas Públicas 1, 2, 4, 5, 6, 16, 76, 90, 93, 94, 95

R

Riscos Ocupacionais 174, 175, 176, 177

Rocaille 129, 130, 131, 134, 135, 137, 138, 140

S

Saber Popular 153

São Paulo 11, 12, 21, 36, 37, 38, 42, 52, 53, 62, 90, 93, 96, 110, 114, 115, 128, 140, 141, 142, 143, 145, 146, 148, 150, 152, 161, 162, 182, 193, 200, 207, 208, 217

Saúde do Trabalhador 174, 176, 177

Subjetividade 43, 45, 46, 53

Subjetividade Política 43, 45, 47, 48, 49, 50

Subjetividade Social 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52

T

Terceiro Setor 76, 77, 78, 79, 80, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96

Território 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 16, 17, 18, 20, 25, 26, 30, 34, 38, 100, 106, 110, 112, 113, 129, 132

Transgênicos 39, 40, 41, 42



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



EPISTEMOLOGIA E METODOLOGIA DA PESQUISA INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS 3



www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



Atena
Editora

Ano 2021